

Vestibular x SISU: uma análise das mudanças nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da UFV/CRP

Sabrina Cássia Sousa
Rosiane Maria Lima Gonçalves
Gustavo Henrique Dias Souza

Resumo: A partir da criação do SiSU – Sistema de Seleção Unificada, as universidades federais começaram a utilizá-lo como forma de seleção. Assim, este artigo buscou analisar os efeitos provocados pela mudança no modelo de seleção de estudantes de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba, de vestibular para o SiSU. Foi utilizada a estatística descritiva para analisar os dados de 2007 a 2015. Os resultados indicaram que a mudança na forma de entrada não trouxe grandes alterações na faixa etária, permanecendo também maior percentual de alunos que concluíram o ensino médio em escolas públicas. A predominância de estado de origem foi Minas Gerais para ambas as modalidades, mas o SiSU proporcionou maior mobilidade acadêmica. Com o SiSU também ocorreu o aumento na taxa de evasão, o que por consequência reduziu o percentual de alunos ativos ou concluintes.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Processo Seletivo; Universidades Federais.

Abstract: Since the creation of SiSU - Unified Selection System, federal universities have used it as their entrance examination. Thus, this article sought to analyze how this change in the selection process affected the Administration and Accounting Sciences undergraduate programs of the Universidade Federal de Viçosa - Rio Paranaíba campus. Descriptive statistics were used to analyze 2007 – 2015 data. The results indicated that the change did not significantly affect the age group, and the high percentage of students who graduated from public high schools remained the same. Minas Gerais predominated as the state of origin in both modalities, but the SiSU provided greater academic mobility. The SiSU modality also increased the dropout rate, which consequently reduced the percentage of active or graduating students.

Keywords: Public Policies; Selection process; Federal Universities.

1. Introdução

O processo de globalização e o aumento da competitividade no mercado de trabalho favorecem a importação de mão de obra especializada, na medida em que o sistema educacional do país não ofereça condições para qualificar seus cidadãos. Assim, além da educação de nível técnico, torna-se cada vez mais necessária a educação de nível superior, a qual só começou a ser implantada no Brasil a partir de 1960. Desde então, o número de matrículas tem sido cada vez maior, e, para ampliar essas oportunidades, o governo vem implantando políticas públicas nas Instituições de Educação Superior – IES públicas e privadas.

As políticas públicas são programas e ações do governo que apoiam estudantes a ingressarem nas IES, podendo ser citadas: Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior – FIES; Programa Universidade para Todos – Prouni; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI; Plano Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes; Lei de cotas; e Sistema de Seleção Unificada – SiSU. A evolução das IES está “em sintonia com as políticas globais de inclusão social, passando a expansão a estar visceralmente associada à democratização do *campus* brasileiro e orientada por um conjunto de políticas estruturantes implantadas nos últimos anos” (RISTOFF, 2014, p. 724).

O SiSU, um dos programas mais recentes do governo, que unifica o processo seletivo de instituições de educação superior públicas, está ganhando importância com o passar dos anos, visto que as instituições podem escolher, a cada edição do SiSU, se utilizam ou não este modelo, e a maior parte delas tem optado por esse meio de processo seletivo.

No primeiro semestre de 2014 foram oferecidas 171.756 vagas pelo SiSU aos estudantes, com opção de 4.730 cursos distribuídos nas 115 instituições participantes, das quais 54 eram universidades federais, de um total de 63 espalhadas pelo país. Entre os dez cursos que ofereceram mais vagas no processo seletivo SiSU, no primeiro semestre de 2014, está o curso de Administração, que ocupa a sexta posição (SOARES; RODA, 2014). O número de matrículas dos cursos de graduação presenciais em Administração e Ciências Contábeis nas universidades federais brasileiras teve um crescimento significativo nos últimos anos, uma vez que no ano de 2003 foram matriculados 39.139 estudantes nos dois cursos, passando para 60.767 matrículas em 2013 (MEC, 2015).

De acordo com Ministério da Educação (MEC, 2015), em 2013 do total de 30.791 cursos de graduação presenciais das IES brasileiras, 29,74% eram da área de Ciências Sociais, Negócio e Direito, a qual inclui os cursos de Ciências Contábeis e Administração. Em 2012, a soma desses dois cursos representava cerca de 34,94% do total dos cursos presenciais em ciências sociais (MEC, 2012).

Como resultado das políticas públicas, que objetivaram promover o acesso e a democratização do ensino superior, foi criado um novo *campus* da Universidade Federal de Viçosa na cidade de Rio Paranaíba, no ano de 2006. O curso de Administração foi um dos dois primeiros cursos de graduação ofertados no novo

campus, no ano de 2007, já em 2009 iniciaram-se as primeiras aulas para o curso de Ciências Contábeis. Em ambos os cursos houve seleção de alunos por meio de vestibular em seus anos iniciais, sendo depois substituído pelo SiSU.

Seguindo o contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da mudança no modo de seleção de vestibular para SiSU na Universidade Federal de Viçosa - *Campus* Rio Paranaíba, para os Cursos de Administração e Ciências Contábeis, no período de 2007 a 2015. Além disso, busca-se especificamente: a) comparar e analisar o perfil dos estudantes que ingressaram por meio do Vestibular e do SiSU nos cursos de Administração e Ciências nos quesitos idade do aluno, origem territorial e escola em que cursou o ensino médio (pública ou privada); e b) analisar e estudar o desempenho desses alunos através do coeficiente rendimento e situação de matrícula – trancamento, abandono, conclusão.

2. Referencial teórico

2.1 Instituições de Ensino Superior Brasileiras

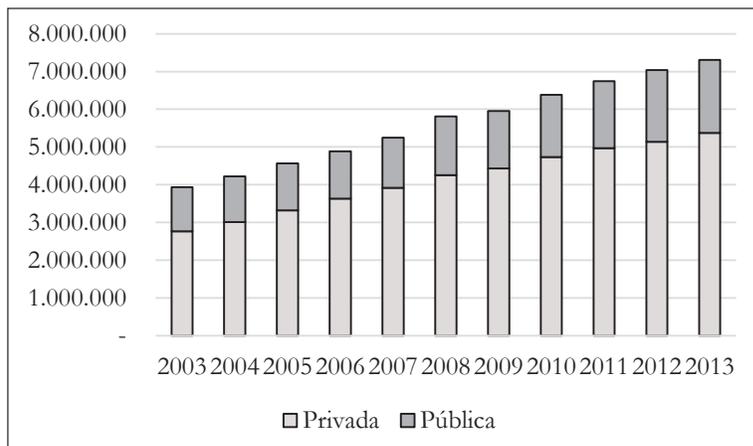
A partir da implantação do Plano Real em 1994, programa governamental durante o qual ocorreu o controle do valor da moeda e houve aumento no poder de compra da população, avanços aconteceram na economia brasileira. Nesse período, a globalização já se instalava no país e impulsionava o desenvolvimento técnico e qualificado dos profissionais em diversos setores organizacionais. Além disso, durante o Plano Real o governo implantou programas políticos voltados para ampliação do ensino superior, como criação de novos institutos, incentivo para criação de novas escolas privadas, criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, entre outros programas (DOURADO, 2005).

Segundo Andriola (2011), além das mudanças políticas e sociais ocorridas no país, há o fato de que o brasileiro se tornou mais exigente e consciente de seus direitos e deveres, exercendo melhor seu papel de cidadão e percebendo a necessidade de buscar conhecimentos científicos e tecnológicos para se qualificar perante o mercado competitivo.

De acordo com o art. 19 da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) as IES podem ser classificadas por natureza institucional ou administrativa. Quanto à dependência administrativa as universidades podem ser consideradas como públicas ou privadas. Essas instituições públicas são administradas pelo Estado podendo ser instituição federal, estadual ou municipal, já as privadas são administradas por pessoas físicas ou jurídicas com ou sem fins lucrativos.

As universidades são instituições que exercem atividades acadêmicas autônomas com diversas ações educativas e possuem características como exigência de uma porcentagem de mestres e doutores como docentes e oferecem oportunidades para projetos de pesquisa e extensão (BRASIL, 1996). Os diferentes institutos de educação superior, sejam universidades, faculdades integradas ou outros estabelecimentos, contribuem para o avanço no nível de educação do brasileiro.

Figura 1 - Evolução do Número de Matrículas por Categoria Administrativa Pública e Privada do Ensino Superior – Brasil, 2003 a 2013



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEP (MEC/INEP/SEEC/DEEP).

No período de 1962 a 2012, a evolução do total de matrículas efetuadas nas IES brasileiras foi crescente, mas do total de matrículas cabe destacar que a maior parte é realizada em IES privadas. Na Figura 1 pode ser observado este fenômeno para o período de 2003 a 2013, a partir do qual nota-se que os dados apresentaram uma distribuição média, do total de matrículas a cada ano, de 73% em instituições privadas e 27% em instituições públicas.

Os incentivos governamentais na década de 1990, a capacidade de oferecer mais vagas e a diversificação de cursos reforçaram o crescimento acelerado das IES privadas, visto que os setores públicos de educação superior demandam verbas para investimentos e custeio para criar novos institutos e cursos (RISTOFFE, 2013). Mainardes, Miranda e Correia (2011), destacam que as IES públicas são administradas com base no modelo burocrático, o que também é um fator que fortalece o setor privado, haja visto que os brasileiros buscam uma maior praticidade para realização de quaisquer procedimentos.

2.2 Programas do Governo para a Educação Superior

Para Nunes (2007), o ensino superior brasileiro nasceu do sistema de elite, pelo fato de a primeira instituição superior ser fundada com a chegada da família real portuguesa. Apesar de ser um processo lento, se comparado com outros países, ocorreu uma transformação, de forma que o acesso ao ensino superior não é mais somente das elites.

Embora a expansão possa ser tida como comum às políticas para a educação superior das duas últimas décadas, fica evidente que enfáticas políticas mais recentes de inclusão dos grupos historicamente excluídos deste nível educacional começam a alterar significativamente o perfil do estudante de graduação. Observa-se na última década que um agressivo processo de democratização do campus brasileiro está em curso (RISTOFF, 2014, p. 726).

Desse modo, ao longo dos anos o governo federal vem elaborando programas voltados para democratização do acesso ao ensino superior público e privado. O Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior redefinido pela Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, a qual substituiu a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, é um desses programas e tem como propósito o financiamento do ensino superior de estudantes aprovados em processos seletivos para instituições privadas e para aqueles que estejam com matrículas regulares. O Fies tem como vantagem o financiamento cedido pelo Governo, mas o estudante terá de pagar as mensalidades em longo prazo, após o término do curso.

Outra medida voltada para as instituições privadas é o Programa Universidade para Todos – Prouni, regulamentado pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, que possibilita aos estudantes, interessados em ingressar no ensino superior privado, bolsa parcial ou integral, concedida pelo governo, ou seja, o valor da mensalidade do curso é subsidiado, em partes ou o todo, por meio dessa política pública.

Em 24 de abril de 2007 foi criado, pelo Decreto nº 6.096, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais com objetivo de aumentar a disponibilidade de vagas e seu aproveitamento, utilizando toda a capacidade que as instituições oferecem, tanto em estrutura física quanto em equipe de docentes, técnicos e outros membros.

Já o Plano Nacional de Assistência Estudantil, criado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, visa a expansão de oportunidades e estadia nas IES Federais, para democratização e diminuição das desigualdades sociais. Essas características estão presentes também na Lei de cotas que, de acordo com Moehleche (2002), é como uma das práticas da ação afirmativa, que tem origem nos Estados Unidos e foi criada com objetivo de eliminar a desigualdade social e discriminação por gênero, etnia, raça e outros. Assim, a lei de cotas estabelece um percentual de reserva para um grupo específico que precisa ser incluído na sociedade acadêmica.

No Brasil, desde 1980, a lei de cotas vem sendo adotada na legislação trabalhista, em outras legislações específicas e por algumas instituições de ensino superior. O programa começou a ser implantado por etapas desde 29 de agosto de 2012, com a sanção da Lei nº 12.711, e tinha sua concretização prevista para 2016. O plano prevê que 50% das vagas disponíveis nas instituições federais de educação superior e vinculadas ao Ministério da Educação fossem para candidatos que tenham estudado todo o ensino médio em escolas públicas, que possuam

renda igual ou menor a um salário-mínimo e meio *per capita*, além de incluir cotas para negros, pardos e indígenas no processo seletivo. Os outros 50% das vagas ficariam abertos à livre concorrência. A lei de cotas deixa claro que o candidato deve ter suas qualificações e ser aprovado pelo vestibular ou Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (BRASIL, 2012).

Em 2010, foi então criada a portaria normativa número 2, de 26 de janeiro, que institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, um sistema informatizado e administrado pelo MEC, no qual todos os processos – como publicação do edital, inscrição, divulgação de vagas preenchidas e acompanhamento da seleção – são efetuados em página própria na internet. A partir de sua nota obtida no ENEM é possível concorrer a vagas de cursos de graduação em universidades públicas que estejam participando do programa (BRASIL, 2010).

O ENEM, além de ser um pré-requisito para o SiSU, é também um dos procedimentos avaliativos mais utilizados pelas instituições de ensino fundamental e médio (ANDRIOLA, 2011). De acordo com Barros (2014) o exame foi criado em 1998 com intuito de avaliar o ensino médio e a partir dessa avaliação melhorar o desenvolvimento da educação brasileira. Hoje em dia o exame é empregado como exigência para seleção de estudantes candidatos ao ProUni, ao Fies e ao Programa Ciências sem Fronteiras.

A utilização do SiSU, mediante prova do ENEM é defendida por alguns autores e criticada por outros. Silveira, Barbosa e Silva (2015, p.1) afirmam que como ponto positivo pode ser destacado “o favorecimento da mobilidade dos estudantes para instituições de ensino superior nos mais variados locais do país, possibilitando também que sujeitos oriundos de regiões menos desenvolvidas desloquem-se para outras mais desenvolvidas”.

Já para Barros (2014) o SiSU provoca o aumento da evasão, o que significa que há mais abandono de cursos, que pode se dar pela inexperiência dos candidatos, que escolhem um curso sem saber se é o que realmente aspiram futuramente, ou até mesmo devido a um baixo desempenho no ensino médio que pode acarretar a um menor desempenho também nas IES.

De acordo com Andriola (2011), o SiSU possibilita mais oportunidades de ingressos de estudantes nas IES públicas, devido a opção de escolha por dois cursos. O Ministério da Educação (MEC, 2014), aponta a importância do monitoramento das notas dos candidatos pela internet, no qual o candidato pode comparar sua nota obtida com a nota de corte do curso desejado, podendo, durante o período de inscrição no processo seletivo, trocar a opção de curso, o que aumenta as chances de ingressar no ensino superior.

Silveira, Barbosa e Silva (2015, p.1) ressaltam que o resultado da mobilidade provocada pelo sistema em 2012 foi pequeno e os estados do Brasil que tiveram maior mobilidade de alunos foram os que possuem um melhor desempenho na economia brasileira, o que poderia indicar que ainda exista uma maior presença das elites no acesso à rede de ensino superior.

2.3 Os cursos Administração e Ciências Contábeis

A evolução do curso de Ciências Contábeis é congruente com a evolução do ensino superior brasileiro, pois de acordo com Pelias et al. (2007) o desenvolvimento da contabilidade, o qual envolve mudanças legislativas, econômicas, políticas e sociais, foi feito ao longo de cinco fases: o primeiro marco após a chegada da Família Real em que são ministradas aulas comerciais de compra e venda; em 1854 com uma reforma nas aulas comerciais no Rio de Janeiro, onde nasce a Instituição Comercial; a criação em 1926 do curso técnico em contabilidade; em 1945 quando foi fundada a graduação de ensino superior em ciências contábeis; e em 1961 com o oferecimento da pós graduação em ciências contábeis.

De acordo com o Conselho Federal de Administração (CFA, 2010) o curso de Administração, voltado especificamente para área de administração teve sua evolução a partir do século vinte. Em 1952, no Rio de Janeiro, foi criada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, primeira instituição de Administração com a parceria com os norte-americanos. Dois anos se passaram e foi criada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, também pela FGV. Desde então o curso vem passando por transformações em sua grade curricular, visando aprimorar os conhecimentos dos profissionais (BARROS; CARRIERI, 2013).

Ao longo dos anos os cursos de Ciências Contábeis e Administração vêm sofrendo mudanças de adequação à realidade das organizações. O curso de Administração teve uma grande expansão e por isso é considerado um curso popular, mas segundo Lemos e Bazzo (2011) ainda deveria passar por transformações para enquadrar-se no contexto das empresas. O curso de Ciências Contábeis está na mesma situação, uma vez que, de acordo com Oliveira Neto, Marino Junior e Morais (2011), a prática dos contadores é diferente dos ensinamentos nas IES.

Atualmente a contabilidade é sistematizada através de sistemas integrados entre as organizações e o conteúdo das instituições são voltados para balanço patrimonial, demonstração de resultados, entre outros, havendo uma carência da prática para o curso de Ciências Contábeis.

3. Métodos e técnicas

Buscou-se desenvolver o trabalho pelo método de pesquisa científica, o qual permite definir os caminhos a serem seguidos, orientando na tomada de decisões e correção de erros, através de normas sistêmicas e racionais. Utilizou-se o método estatístico que permite definir a amostra para análises comparativas (LAKATOS; MARCONI, 2007).

A pesquisa é do tipo descritiva, na qual geralmente as técnicas de coleta de dados são padronizadas e “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

Quanto às técnicas de pesquisa ou os procedimentos utilizados no trabalho, procurou-se primeiramente fazer a pesquisa bibliográfica - fontes secundárias

- para abordar conhecimentos a respeito do tema. A técnica permite definir o problema, objetivos e coleta de dados para a análise do resultado (LAKATOS; MARCONI; 2007).

Os dados coletados correspondem a informações dos alunos do curso de Administração e de Ciências Contábeis por ingresso via vestibular e SiSU. A amostra, pertencente à Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba, foi dividida em quatro grupos: alunos de Administração aprovados pelo Vestibular; alunos de Administração aprovados pelo SiSU; alunos de Ciências Contábeis aprovados pelo Vestibular e alunos de Ciências Contábeis aprovados pelo SiSU.

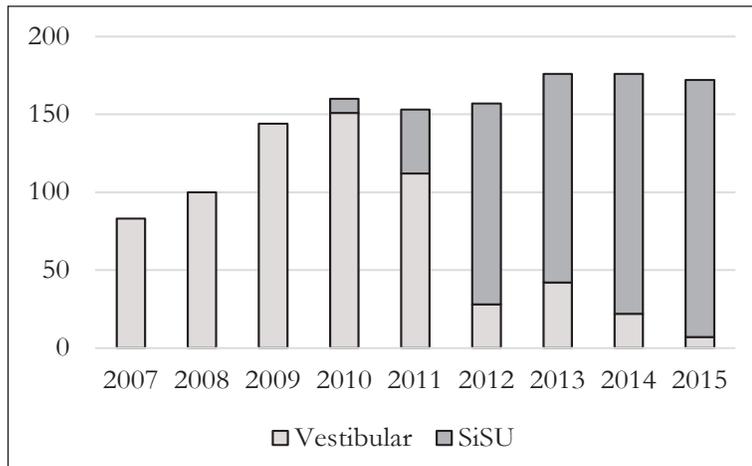
Após a seleção dos dados, utilizou-se média, máximo, mínimo e desvio padrão da idade e do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CRA) para confecção dos resultados de cada um dos grupos, durante o período de 2007 a 2015. Já para verificar a origem territorial dos alunos foi analisado onde eles haviam cursado o ensino médio. Os procedimentos técnicos e cálculos foram realizados por meio de ferramentas presentes no programa *Microsoft Office Excel*.

4. Resultados e discussões

A Universidade Federal de Viçosa adotou o processo seletivo SiSU desde a criação do sistema e foi utilizando-o ao longo do tempo em percentuais crescentes, com propósito de utilizar apenas este sistema como forma de ingresso a partir de 2016.

A Figura 2 representa o gráfico com total de alunos matriculados aprovados por vestibular e SiSU nos cursos de Graduação em Administração e Ciências Contábeis da UFV- CRP, no período de 2007 a 2015. Em 2009 teve início o curso de Ciências Contábeis, provocando um crescimento de 100 para 144 matrículas. O número de matrículas decorrentes da seleção pelo SiSU em 2010 foi pequeno devido ao fato de a universidade ter utilizado somente uma parcela das vagas para essa modalidade de seleção. No ano de 2011 houve uma queda nos números de matrículas, passando para 153 matrículas, mas voltando a crescer nos dois anos seguinte, chegando a 177 matrículas em 2013.

Figura 2 - Evolução do Número de Matrículas por ingresso Vestibular e SiSU, cursos de Administração e Ciências Contábeis da UFV-CRP, 2007 a 2015



Fonte: Dados da pesquisa

Após analisar a evolução do número de matrículas, é importante avaliar o perfil do estudante que ingressou via Vestibular e SiSU. Para fazer as análises buscou-se identificar a média da idade do aluno, conclusão do Ensino Médio em escola pública ou privada e estado de origem.

Tabela 1 - Estatística descritiva da idade dos alunos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da UFV-CRP, 2007 a 2015

Vestibular Administração 2007 a 2015									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Média	23	20	20	20	20	19	21	17	18
Máximo	52	46	48	34	38	24	47	18	18
Mínimo	17	17	17	17	17	17	17	17	17
Desvio	4	3	3	3	2	2	4	0	0
Vestibular Ciências Contábeis 2009 a 2015									
			2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Média			21	20	20	18	19	18	18
Máximo			52	35	28	26	28	19	19
Mínimo			17	17	17	16	17	17	17
Desvio			4	3	2	1	2	1	1

Fonte: Dados da pesquisa

Ao relacionar idade média dos alunos, ingressos pelo vestibular nos cursos de Administração e Ciências Contábeis, observa-se na Tabela 1 que não houve uma variação significativa no período de 2007 a 2015. Também não houve diferenças na idade mínima dos alunos, enquanto que a idade máxima, apesar de oscilar, diminuiu ao longo dos anos para os dois cursos analisados, passando de 52 anos para 18, em Administração, e de 52 anos para 19, no curso de Ciências Contábeis.

Tabela 2 - Estatística descritiva da idade dos alunos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da UVF-CRP, 2010 a 2015

SiSU Administração 2010 a 2015						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Média	20	19	21	21	22	22
Máximo	24	31	48	48	48	44
Mínimo	18	17	16	17	17	17
Desvio	2	2	4	3	4	4
SiSU Ciências Contábeis 2011 a 2015						
	2011	2012	2013	2014	2015	
Média	18	20	23	22	22	
Máximo	28	36	47	36	38	
Mínimo	16	16	17	17	17	
Desvio	2	3	4	4	4	

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 2 comprova-se, por meio da média e do desvio padrão semelhantes à Tabela 1, que o perfil do estudante pouco se alterou com relação à mudança de processo seletivo, passando de vestibular para SiSU. Já com relação à idade máxima, um fenômeno contrário aconteceu quanto ao uso do SiSU, observa-se que pessoas mais velhas começaram a ocupar vagas nos cursos estudados.

Outra característica que define o perfil do aluno é se seu ensino médio foi realizado em escola pública ou privada. No trabalho foi considerado como ensino médio público as Escolas, os Institutos e os Centros de Ensino Estaduais, Federais e Municipais.

Tabela 3 - Distribuição percentual quanto à origem do Ensino Médio, por forma ingresso Vestibular e SiSU, cursos de Administração e Ciências Contábeis da UFV-CRP, 2007 a 2015

Escolas	Vestibular		SiSU	
	Administração	Ciências Contábeis	Administração	Ciências Contábeis
Privadas	3,3%	7,8%	16,9%	9,0%
Públicas	96,7%	92,2%	83,1%	91,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 apresenta os percentuais de origem do ensino médio por curso, pelo vestibular e SiSU. Observa-se que alunos matriculados via vestibular no curso de Administração são os que representam menor percentual de origem do ensino médio privado, apenas 3,3%. Já pelo SiSU 16,9% dos alunos do curso de Administração vieram do ensino privado, contra 9% de Ciências Contábeis. Nota-se que com adoção do SiSU, mais alunos de escolas privadas se matricularam nesta instituição, nos respectivos cursos.

Para analisar se o processo seletivo via SiSU atendeu um dos seus objetivos que é a mobilidade acadêmica, foram considerados os estados brasileiros de origem dos alunos, sendo considerado o estado que o ingressante concluiu o Ensino Médio. A Tabela 4 apresenta a distribuição das Unidades da Federação por forma de ingresso e por curso – Administração ou Contábeis – na UFV-CRP, no período de 2007 a 2015. Em ambas as formas de ingresso nos cursos o percentual maior está concentrado no Estado de Minas Gerais.

Tabela 4 - Distribuição percentual do Estado de origem em que o aluno concluiu Ensino Médio, por forma de ingresso Vestibular e SiSU, nos cursos de Administração e Ciências Contábeis, da UFV-CRP, 2007 a 2015

Estado	Vestibular				SiSU			
	Administração		Ciências Contábeis		Administração		Ciências Contábeis	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
BA	-	-	-	-	1	0,24%	2	0,95%
DF	4	0,79%			3	0,72%	-	-
ES	-	-	1	0,56%	-	-	-	-
GO	1	0,20%	1	0,56%	1	0,24%	-	-
MA	1	0,20%	2	1,12%	1	0,24%	-	-
MG	470	92,52%	170	94,97%	365	87,11%	205	97,16%

MS	-	-	-	-	1	0,24%	-	-
PR	2	0,39%	1	0,56%	1	0,24%	-	-
RJ	3	0,59%	-	-	1	0,24%	-	-
SP	25	4,92%	2	1,12%	40	9,55%	3	1,42%
TO	-	-	-	-	-	-	1	0,47%
N/I	2	0,39%	2	1,12%	5	1,19%	-	-
Total	508	100,00%	179	100,00%	419	100,00%	211	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: N/I – Não Informado.

No curso de Administração, o vestibular apresentou menor diversificação de Estados de origem, enquanto que o SiSU apresenta maior mobilidade de alunos oriundo de outros Estados. Observa-se, portanto, que o propósito de ampliar as oportunidades para alunos de diferentes regiões ocorreu no curso de Administração, mesmo que de maneira reduzida.

Os alunos do curso Administração aprovados pelo vestibular tem origem principalmente do estado de Minas Gerais, que sozinho representa 92,52% do total de matriculados. Em segundo lugar está o estado de São Paulo com 4,92%. Já no processo seletivo SiSU o percentual de Minas Gerais sofreu uma queda passando a representar 87,11% do total, e ampliando a participação de São Paulo que passou a representar 9,55%.

O mesmo não ocorre no curso de Ciências Contábeis, no qual o percentual de distribuição por unidades da Federação diminui com a implantação do SiSU. Dos alunos que ingressaram via vestibular 94,97% eram de Minas Gerais e o restante de outros estados do país. Após a adoção do SiSU o curso reduziu ainda mais a participação de estudantes de outros estados, em consequência houve um aumento na participação em Minas Gerais para 97,16%.

Já para análise da situação dos alunos foi verificado o percentual de abandono, afastamento, conclusão, desligamento, normal, trancamento e transferência dos alunos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis que ingressaram pelas duas formas adotadas.

Na Tabela 5 é apresentada a distribuição percentual por situação dos alunos de Administração. Analisando primeiramente alunos que ingressaram via vestibular percebe-se que apenas 54% da turma de 2007 conseguiu concluir o curso, existindo ainda 1 aluno que está com situação normal. No ano seguinte, 2008, há uma evolução do número de formandos para 64%, que foi o maior percentual observado no período. Nos anos de 2009, 2010 e 2011 o número de alunos que concluíram a graduação foi igual ou menor que 52%, sendo inferior ao ano de 2007.

O percentual de abandono dos alunos de Administração que ingressaram via vestibular é alto, sendo de 35% em 2007, e sofreu várias oscilações ao longo do período. No ano de 2012 foi registrado o maior percentual de abandono, de 56%, o que faz com que o percentual de alunos com situação normal seja ainda mais baixo, apenas 31%.

Tabela 5 - Distribuição percentual da Situação dos alunos, por ingresso Vestibular e SiSU, curso de Administração UFV-CRP, 2007 a 2015

Administração – Vestibular									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abandono	35%	30%	39%	35%	46%	56%	45%	33%	-
Afastamento	-	-	-	-	-	-	3%	-	-
Conclusão	54%	64%	45%	52%	29%	6%	3%	-	-
Desligamento	10%	4%	3%	4%	4%	-	10%	-	-
Normal	1%	2%	11%	8%	20%	31%	38%	67%	100%
Trancamento	-	-	1%	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	1%	1%	-	6%	-	-	-
Administração – SiSU									
Abandono				44%	56%	60%	54%	25%	4%
Afastamento				-	3%	1%	-	2%	-
Conclusão				33%	16%	3%	2%	-	-
Desligamento				-	6%	3%	5%	3%	4%
Normal				22%	19%	31%	38%	68%	91%
Trancamento				-	-	-	-	1%	1%
Transferência				-	-	1%	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto a situação normal dos alunos de Administração que ingressaram via vestibular também deve-se considerar o período mínimo, padrão e máximo de conclusão do curso, os quais estão definidos no Catálogo de Graduação da instituição com mínimo 4 anos, padrão 4,5 anos e máximo 7,5 anos. Assim, a turma de 2011 tem grande percentual de matrículas ainda ativas. Já a situação desligamento ocorre em quase todos os anos com percentuais mais baixos, apesar de no ano de 2007 e 2013 o percentual ser de 10%.

A Tabela 5, por sua vez, apresenta a distribuição percentual da situação pelo ingresso por meio do SiSU para o curso de Administração. Observa-se que por três anos consecutivos o percentual de abandono foi maior que 50%, chegando no ano de 2012 a representar 60% dos alunos. No ano de 2014 esse cenário muda, representando 25%, mas sendo ainda significativo. Esses altos índices de abandono provocaram a queda no número de concluintes e ativos. Considerando o tempo mínimo e médio do curso, os alunos que ingressaram em 2010 e 2011 deveriam ter concluído, mas apenas 33% e 16%, respectivamente se formaram, havendo um percentual elevado de alunos ainda em situação normal, o que pode ser consequência de reprovações.

Comparando as formas de ingresso na UFV-CRP no curso de Administração, o percentual de abandono é maior pelos alunos que foram selecionados pelo SiSU, o que conseqüentemente provoca menor percentual de estudantes com matrícula ativa e conclusão.

Já com relação ao curso de Ciências Contábeis, Tabela 6, é possível notar que os alunos do curso de Ciências Contábeis que entraram através do vestibular apresentaram maior índice de abandono para o ano de 2009 com 32%, mas caindo para 9% em 2013 e voltando a aumentar nos anos de 2014 (29%) e 2015 (25%). Apesar de o abandono apresentado pelos estudantes de Ciências Contábeis ser menor do que os de Administração para a mesma forma de seleção, os índices de conclusão ainda podem ser considerados como baixos, cerca de 50% para 2009 e 2010 e de 40% para o ano de 2011. O tempo mínimo, padrão e máximo exigido para conclusão do curso de Ciências Contábeis é o mesmo que o curso de Administração. Quanto a situação normal, para os anos de 2009, 2010 e 2011, o percentual de indivíduos com situação de normalidade no curso é de 10%, 15% e 35%, respectivamente. Já a partir do ano de 2012, o percentual supera os 70%.

O curso de Ciências Contábeis, independente da forma de ingresso, tem índices melhores quando comparado ao curso de Administração, pois os percentuais de afastamento, trancamento, transferência e desligamento são menores. Outra característica que reforça essa afirmação é o percentual maior de alunos em situação normal e menor índice de abandono.

Ao observar os índices de abandono, pelo SiSU, nota-se que durante os anos de 2011 e 2012 foram encontrados os maiores números de abandono para os dois cursos, Administração com 56% e 60%, e Contábeis com 56% e 58%, respectivamente. Ressalta-se ainda que durante o ano de 2011 o percentual de abandono foi igual para os dois cursos, 56%, considerando o SiSU como sistema de seleção.

Tabela 6 - Distribuição percentual da Situação dos alunos, por forma de ingresso Vestibular e SiSU dos cursos de Ciências Contábeis da UFV-CRP, 2009 a 2015

Ciências Contábeis - Vestibular							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abandono	32%	27%	23%	25%	9%	29%	25%
Conclusão	54%	54%	40%	-	-	-	-
Desligamento	4%	4%	2%	-	9%	-	-
Normal	10%	15%	35%	75%	82%	71%	75%
Ciências Contábeis - SiSU							
Abandono			56%	58%	31%	20%	2%
Conclusão			33%	-	-	-	-
Desligamento			-	-	2%	3%	-
Normal			11%	43%	65%	76%	92%
Trancamento			-	-	2%	-	6%

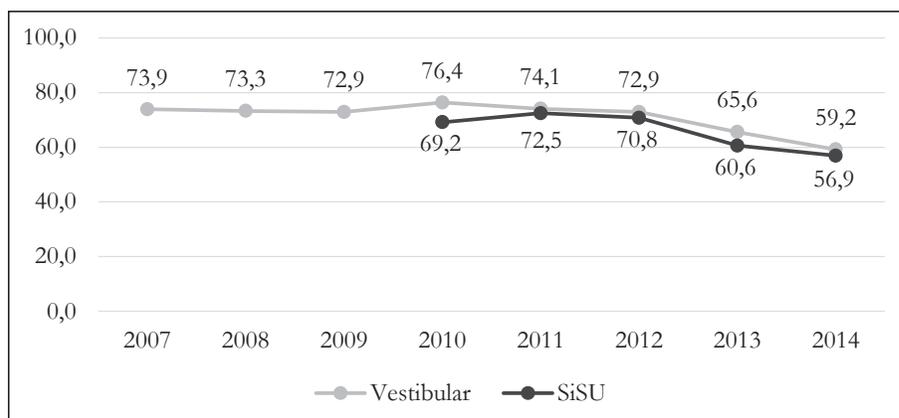
Fonte: Dados da pesquisa

Para medir o desempenho dos alunos dos cursos em estudo foram calculados a média, mínimo, máximo e desvio padrão do Coeficiente de Rendimento Acumulado - CRA dos alunos com situação normal e de conclusão, em ambos os cursos, com ingressos por vestibular e por SiSU.

A Figura 3 relata a evolução do CRA do curso de Administração por alunos aprovados por vestibular e SiSU, no período de 2007 a 2014, na qual verifica-se que os alunos ingressantes do vestibular tiveram a média decrescente no período de 2007 a 2009, em torno de 73 pontos, passando para 76,4 para alunos que ingressaram em 2010, e voltando a cair a partir desse ano. Já considerando o ingresso pelo SiSU, os coeficientes médios foram ainda menores, sendo o maior para o ano de 2011, 72,5 pontos. É importante considerar que rendimento acadêmico insuficiente em cada período é caracterizado por coeficiente de rendimento inferior a 60 (sessenta), e que para o ano de 2014 os coeficientes médios dos alunos de Administração, por Vestibular e SiSU foram 59,2 e 56,9, respectivamente.

O CRA máximo para alunos do curso de Administração selecionados por vestibular ao longo dos anos variou de 79,3 a 92,6 com desvio de até 9,8 ao longo do período. Já o CRA dos alunos selecionados pelo SiSU, teve seu auge em 2011, atingindo 89,5 como ponto máximo e desvio padrão de até 13,8. Pela Figura 3 fica claro que o desempenho acadêmico dos alunos admitidos pelo vestibular foi melhor que pelo SiSU. Para os anos de 2010 e 2013, por exemplo, essa diferença é ainda maior, de 76,4 pontos para alunos ingressos pelo vestibular contra 69,2 pelo SiSU em 2010, e em 2013 a diferença fica entre 65,6 e 60,6 pontos.

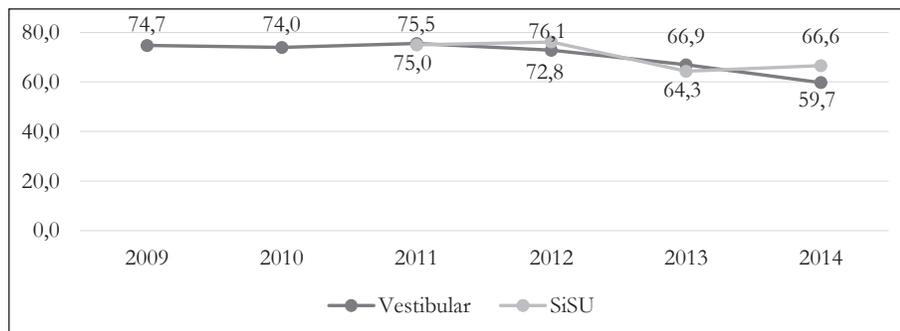
Figura 3 - Evolução do CRA médio por tipo de ingresso do curso de Administração, UFV-CRP, 2007 a 2014



Fonte: Dados da pesquisa

Ademais, a partir da Figura 4, analisa-se que o curso de Ciências Contábeis pelo ingresso por vestibular teve oscilações na média do CRA de 59,7 a 75,5 atingindo ponto máximo de 94,9 no ano de 2010 e mínimo de 45,8 em 2013, com a variações maiores em 2013. Para os alunos que ingressaram via SiSU a média variou de 64,3 a 75 pontos, o CRA mínimo foi decrescente em todo o período chegando em 2014 a 16,7 pontos, já o desvio padrão variou até 12,3 pontos.

Figura 4 - Evolução do CRA médio por tipo de ingresso do curso de Ciências Contábeis, UFV-CRP, 2009 a 2014



Considerações Finais

Os investimentos governamentais visando a ampliação das vagas nas IES brasileiras, as políticas direcionadas para o acesso das classes menos favorecidas a este nível de ensino, bem como o estabelecimento do SISU, tem contribuído para a democratização do acesso ao ensino superior. No entanto, essa pesquisa demonstrou, considerando o caso estudado, que devem ser avaliados os fatores que vão garantir a permanência dos alunos nas IES, de forma que essa ocorra, efetividade, dessa política pública.

Por meio deste artigo, analisou-se os efeitos provocados pela mudança de vestibular para o SiSU, no modelo de seleção de estudantes, dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba, quanto ao seu perfil e desempenho acadêmico.

Quanto ao perfil dos estudantes, os resultados mostraram que não houve grandes alterações na faixa etária a partir da mudança na forma de entrada. A origem dos alunos dos dois cursos, considerando o estado onde cursou o ensino médio, concentra-se em Minas Gerais levando-se em conta o ingresso por vestibular e por SiSU, mas, cabe lembrar que o SiSU proporcionou maior mobilidade acadêmica para o curso de Administração, havendo presença de alunos de outras regiões no *campus*. Também se identifica que a maior parte dos alunos, de uma forma geral, concluiu ensino médio em escolas públicas e que, portanto, uma pequena parcela de alunos matriculados é proveniente de escolas privadas, mostrando uma maior acessibilidade do ensino superior público.

Apesar disso, a taxa de evasão é alta e o percentual de alunos que concluíram ou que ficaram com matrículas ativas em cada um dos anos analisados é baixo para ambos os cursos. Também é possível identificar que, considerando o tempo padrão de conclusão estabelecido na matriz curricular dos cursos, muitos dos alunos não concluem o curso no tempo esperado. Nas turmas de alunos ingressantes por meio do SiSU, como processo seletivo, o percentual de alunos que não concluíram o curso no tempo estimado é ainda mais alto, tanto para alunos da Administração quanto de Ciências Contábeis.

O desempenho acadêmico dos alunos de ambos os cursos estudados, independente da forma de ingresso, não apresentou bons resultados, sendo possível observar, inclusive, rendimento insuficiente (menor que 60) para ingressantes em 2014, com exceção dos alunos de

Contábeis ingressantes por vestibular. Também é possível notar que alunos que foram admitidos via SiSU tiveram menor desempenho acadêmico, exceto a turma de 2013 do curso de Ciências Contábeis. A causa da ineficiência do desempenho pode estar ligada a causas diversas, como problemas na base escolar, ensino básico ou fundamental e médio.

O tema deste artigo vem sendo abordado por diversos autores, mas eles analisam o comportamento das IES brasileiras com base em dados do Ministério da Educação, portanto, há poucas referências no que tange ao estudo de caso das Instituições em suas particularidades. O trabalho se limita pelo fato de não terem sido analisadas detalhadamente outras variáveis que também podem interferir no resultado, como renda dos alunos, sexo, dentre outros.

A amostra da pesquisa passa por várias transformações, devido à adequação ao Sistema de Seleção Unificada, reduzindo ou extinguindo alunos com ingresso pelo vestibular. Sugere-se uma avaliação contínua dos cursos de graduação, com análise de um maior período de tempo para que se possa acompanhar melhor os resultados do uso do SiSU e dos possíveis concluintes nesse sistema. Recomenda-se também, analisar de maneira qualitativa o que leva aos níveis de desempenho e a abandono encontrados, buscando apontar as razões para estes problemas e, possivelmente, sugerir e estudar soluções para tais adversidades.

Referências

ANDRIOLA; Wagner Bandeira. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 107-126, jan./mar. 2011.

BARROS, Amon Narciso; CARRIERI Alexandre de Pádua. Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 2, artigo 3, Rio de Janeiro, p. 266-273, jun. 2013.

BARROS; Aparecida da Silva Xavier. Vestibular e ENEM: um debate contemporâneo. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1057-1090, out./dez. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni. Brasília, DF D.O.U. de 25 abr. 2007, p. 7.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF D.O.U. de 20 jul. 2010, p. 5.

BRASIL. **Lei nº 11096 de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos. Brasília, DF D.O.U. de 14 jan. 2005, p. 7.

BRASIL. **Lei nº 12.202 de 14 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF D.O.U. de 15 jan. 2010, seção 1, p. 3.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF D.O.U. de 30 ago. 2012, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 1996. Brasília, DF D.O.U. de 23 dez. 1996, p. 27833.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 2 de 26 de janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. Brasília, DF D.O.U. de 27 jan. 2010, seção 1.

CFA - Conselho Federal de Administração. **História da Administração**. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/Administracao/instracao/historia-da-profissao>>. Acesso em: 29 set. 2015.

DOURADO; Luiz Fernandes. Reorganização dos sistemas público e privado da educação superior. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 103-117, jan./jun. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEMOS, Dannyela da Cunha; BAZZO, Walter Antônio. Administração como uma ciência social aplicada: integrando ciência, tecnologia e sociedade no ensino de Administração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 1-14, set./dez. 2011.

MAINARDES, Emerson Wagner, MIRANDA, Cristina Schmitt, CORREIA, Carlos Henrique. A Gestão Estratégica de Instituições de Ensino Superior: Um estudo multicaso. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2011.

MEC. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Anísio Teixeira. **Evolução da Educação Superior - Graduação 1980 - 2007**. 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>>. Acesso em: 29 set. 2015.

MEC. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo de Educação Superior 2012**. Brasília. Dispo-

nível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

MEC. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior de 2013**. Atualizado em 07/05/2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 29 set. 2015.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

NUNES; Edson. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, Edição Especial Comemorativa 103-47, 1967-2007.

OLIVEIRA NETO, José Dutra de; MARINO JUNIOR, João; MORAIS, Leonardo Teixeira. Os cursos de Ciências Contábeis no Brasil e o Conteúdo das Disciplinas de Sistemas de Informação: A visão Acadêmica versus a Necessidade Prática. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**, São Paulo, FIPECAFI, 16, n. 27, p. 59- 65, set./dez. 2001.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA Glauco Peres; SEGRETI, João Bosco; CHIROTTO, Amanda Russo. Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade Finanças USP**, São Paulo. Edição 30 Anos de Doutorado. p. 19-32, jun. 2007.

RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, Flacso/Brasil, n. 3, jan./jun. 2013.

RISTOFF; Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação. **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

SILVEIRA, Fernando Lang; BARBOSA, Marcia Cristina Bernardes; SILVA, Roberto. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, vol. 37, n. 1, mar. 2015.

SOARES, Dalton; RODA, Daniel. **Infográfico com as vagas disponíveis no SiSU**. Portal de notícias da Globo, G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/vagas-sisu-2014/infografico/platb>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

- Sabrina Cássia Sousa

Graduada em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – *Campus de Rio Paranaíba*. sabrinacassia2011@hotmail.com

- Rosiane Maria Lima Gonçalves

Graduada em Administração, com Mestrado e Doutorado em Economia

Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Professora Adjunto da Universidade Federal de Viçosa - *Campus* de Rio Paranaíba.
rosiane.goncalves@ufv.br
<http://lattes.cnpq.br/9727521548920368>

- Gustavo Henrique Dias Souza
Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa - *Campus* de Rio Paranaíba.
gustavohediso@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/0363933519184229>